

NOTASEXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

2026

SEGUNDO TRIMESTRE

EQUIPE TÉCNICA

Gisele Aquino Gomide Tramont
Irenice Aparecida Nunes Deodato
Juliana de Souza Alves Fingolo
Lilia Lourenço Ramos Rocha

Informações

Telefone: (22) 2737-5614

Correio eletrônico: financeiro.reitoria@iff.edu.br; Disponível em:

http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas

Última alteração: 30/06/2026

[Digite texto]

BALANÇOPATRIMONIAL • JUNHO/2026

ATIVO	NE	2026	2025
ATIVOCIRCULANTE		63.665.827,67	67.778.382,58
CaixaeEquivalentesdeCaixa	02	50.906.866,96	49.204.563,54
CréditosaCurtoPrazo	03	7.721.905,08	13.827.819,97
Estoques	04	5.037.055,63	4.745.999,07
ATIVONÃOCIRCULANTE		513.410.813,49	507.874.096,62
Investimento	05	511.712.843,42	507.778.371,78
Propriedades para Investimento		149.776.193,69	-
Propriedades para Investimento		150.063.049,13	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-286.855,44	-
Imobilizado		363.538.894,96	507.778.371,78
BensMóveis	06	77.994.318,28	75.859.677,00
BensMóveis		133.313.264,37	130.415.083,13
(-)Depreciação/Amortização/ExaustãoAcum.deBensMóveis		-55.318.946,09	-54.555.406,13
(-) ReduçãoaoValorRecuperáveldeBensMóveis			
BensImóveis	07	285.577.214,16	431.918.694,78
BensImóveis		286.147.257,19	432.687.869,66
(-)Depr./Amortização/ExaustãoAcum.deBensImóveis		-570.043,03	-769.174,88
Intangível	08	95.724,84	95.724,84
Softwares		222.505,15	222.505,15
(-)AmortizaçãoAcumuladadeSoftwares		-	-
		126.920,31	126.920,31
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		140,00	140,00
(-)AmortizaçãoAcumuladadeSoftwares			
TOTALDOATIVO		577.076.641,16	575.652.479,20

PASSIVO	NE	2026	2025
PASSIVOCIRCULANTE		126.701.752,62	105.687.497,62
ObrigaçõesTrab.,Prev.eAssist.aPagaraCurtoPrazo	09	44.454.016,84	41.711.227,47
FornecedoreseContasaPagaraCurtoPrazo	10	5.224.488,21	3.761.765,22
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		261,28	
DemaisObrigaçõesaCurtoPrazo	11	77.022.986,29	60.214.504,93
PASSIVONÃOOCIRCULANTE			
TOTALDOPASSIVOEXIGÍVEL		126.701.752,62	105.687.497,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		450.374.888,54	469.964.981,58
DemaisReservas		58.035.701,75	57.810.701,75
ResultadosAcumulados		392.339.186,79	412.154.279,83
ResultadodoExercício	12	-18.324.255,14	24.110.848,69
ResultadosdeExercíciosAnteriores	13	412.154.279,83	407.556.313,82
AjustesdeExercíciosAnteriores	14	-1.490.837,9	-19512882,68
TOTALDOPASSIVO		577.076.641,16	575.652.479,20

ATIVO			
Atos Potenciais Ativos		2026	2025
ATIVO FINANCEIRO		50.906.866,96	49.204.563,54
ATIVO PERMANENTE		526.169.774,20	526.447.915,66
SALDO PATRIMONIAL		1.231.335,13	

PASSIVO			
Atos Potenciais Ativos		2026	2025
PASSIVO FINANCEIRO		371.843.953,72	96.888.236,55
PASSIVO PERMANENTE		59.735.155,81	48.359.028,67
SALDO PATRIMONIAL		145.497.531,63	430.405.213,98
ATIVO	NE	2026	2025
Atos Potenciais Ativos		48.351.899,52	55.687.804,01
Garantias eContragarantias Recebidas		3.728.321,80	3.386.549,02
Direitos Conveniados e Outros		44.549.670,17	52.227.347,44
Diretos Contratuais		73.907,55	73.907,55
OutrosAtosPotenciaisAtivos		-	-
TOTAL		48.351.899,52	55.687.804,01

PASSIVO	NE	2026	2025
Atos Potenciais Passivos		60.411.168,54	60.981.841,42
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Convenios e Outros Instrumentos ConGêneres		-	927.301,63
Obrigações Conveniadas		927.301,63	927.301,63
Obrigações Contratuais		59.483.866,91	60.054.539,79
TOTAL		60.411.168,54	60.981.841,42
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			2026
Recursos Não Vinculados	-253.816.451,94	-253.816.451,94	-253.816.451,94
Recursos Vinculados			-67.120.634,82
Educação			-982.958,01
Previdência Social (RPPS)			-66.411.198,56
Dívida Pública			145.979,25
Fundos, órgãos e Programas			127.542,50
TOTAL			-320.937.086,76

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO*(JUNHO/2026)

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		2.524.688,00	442.521,08	-2.082.166,92
Receita Patrimonial	30	71.080,00	18.007,64	-53.072,36
Receita Agropecuária	29	115.167,00	148.751,06	33.584,06
Receita Industrial	32	136.939,00	12.667,10	-124.271,90
Receitas de Serviços	28	2.192.635,00	254.934,99	-1.937.700,01
Transferências Correntes		-		-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	31	8.867,00	8.160,29	-706,71
RECEITAS DE CAPITAL		21.120,00	21.120,00	-21.120,00
Operações de Crédito		-		-
Alienação de Bens		21.120,00	21.120,00	-21.120,00
Amortização de Empréstimos		-		-
Transferências de Capital		-		-
Outras Receitas de Capital		-		-
SUBTOTAL DE RECEITAS		2.545.808,00	442.521,08	-2.103.286,92
REFINANCIAMENTO		-	-	-
Operações de Crédito Internas		-		-
Operações de Crédito Externas		-		-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.545.808,00	442.521,08	-2.103.286,92
DEFICIT		-	583.646.555,19	583.646.555,19
TOTAL		2.545.808,00	584.089.076,27	581.543.268,27

[Digite texto]

CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS		18.505.984,00		
Superavit Financeiro		49.413,00		
Excesso de Arrecadação		-		
Créditos Cancelados		18.456.571,00		-

DESPESA		R\$		
DESPESASORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃOATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS
DESPESASCORRENTES		656.639.061,00	675.017.045,00	583.919.455,42
PessoaleEncargosSociais	33	558.530.675,00	564.641.798,00	522.879.065,03
OutrasDespesasCorrentes	34	98.108.386,00	110.375.247,00	61.040.390,39
DESPESASDECAPITAL		4.623.127,00	4.751.127,00	169.620,85
Investimentos	35	4.623.127,00	4.751.127,00	169.620,85
TOTAL		661.262.188,00	679.768.172,00	584.089.076,27

ANEXO1•DEMONSTRATIVODEEXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESASORÇAMENTÁRIAS	N E	INSCRITOSEMEXERCÍCI OS ANTERIORES	INSCRITOSEM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
DESPESASCORRENTES	36	1.152.845,88	15.087.693,85	12.918.970,74	12.160.094,65	13.871,60	4.066.573,48
PessoaleEncargosSociais		9.808,43	6.120,06	6.120,06	6.120,06	-	9.808,43
JuroseEncargosdaDívida		-	-	-	-	-	-
OutrasDespesasCorrentes		1.143.037,45	15.081.573,79	12.912.850,68	12.153.974,59	13.871,60	4.056.765,05
DESPESASDECAPITAL		5.829.129,16	17.518.009,50	6.855.035,75	6.028.338,47	8.586,90	17.310.213,29
Investimentos		5.829.129,16	17.518.009,50	6.855.035,75	6.028.338,47	8.586,90	17.310.213,29
InversõesFinanceiras							
AmortizaçãodaDívida							
TOTAL		6.981.975,04	32.605.703,35	19.774.006,49	18.188.433,12	22.458,50	21.376.786,77

Fonte: SLAFI

ANEXO2•DEMONSTRATIVODEEXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N E	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOSEM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
------------------------	--------	---------------------------------------	---------------------------------------	-------	------------	-------

[Digite texto]

DESPESAS CORRENTES	37	391.152,74	56.332.282,67	56.397.473,03	3.070,54	322.891,84
Pessoal e Encargos Sociais		-	48.672.404,56	48.672.404,56	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		391.152,74	7.659.878,11	7.725.068,47	3.070,54	322.891,84
DESPESAS DE CAPITAL		34.302,29	542.651,58	542.651,58	-	34.302,29
Investimentos		34.302,29	542.651,58	542.651,58	-	34.302,29
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		425.455,03	56.874.934,25	56.940.124,61	3.070,54	357.194,13

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (JUNHO 2026)

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NE	2026	2025
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15	336.981.355,69	325.178.194,70
Venda de Mercadorias		442.311,08	285.711,81
Vendas de Produtos		148.751,06	88.272,48
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16	12.667,10	5.070,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3,00	
Juros e Encargos de Mora		3,00	
Transferências e Delegações Recebidas	17	333.525.766,02	306.096.066,50
Transferências Intragovernamentais		333.150.964,15	305.769.460,44
Outras Transferências e Delegações Recebidas		374.801,87	326.606,06
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	18	2.610.978,02	18.623.301,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.610.978,02	18.623.301,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		402.297,57	173.115,15
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		402.297,57	173.115,15
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		336.981.355,69	325.178.194,70

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NE	2026	2025
Pessoal e Encargos	19	225.335.044,50	209.529.164,95
Remuneração Pessoal	20	176.226.015,12	164.655.046,33
Encargos Patronais		34.034.449,55	32.107.752,99
Benefícios Pessoal		14.899.898,26	12.604.329,50
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		174.681,57	162.036,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21	57.372.655,00	55.217.077,56

Aposentadorias e Reformas		46.857.659,30	45.309.235,98
Pensões		7.750.909,33	7.292.451,93
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.764.086,37	2.615.389,65
Usos de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	22	34.918.568,62	32.174.462,43
Usos de Material de Consumo		2.722.471,89	3.624.802,12
Serviços		30.559.352,08	26.807.071,56
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.636.744,65	1.742.588,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23	186.674,77	120.557,21
Juros e Encargos de Mora		180.340,26	117.863,33
Variações Monetárias e Cambiais		6.098,75	2.679,88
Descontos Financeiros Concedidos		235,76	14,00
Transferências e Delegações Concedidas	24	23.424.225,66	25.357.567,82
Transferências Intragovernamentais		23.185.206,56	25.086.120,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas		239.019,10	271.447,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	25	11.287.373,93	12.400.837,28
Perdas Involuntárias		8.319,79	13.692,41
Incorporação de Passivos		11.268.619,86	12.387.144,87
Desincorporação de Ativos		10.434,28	-
Tributárias	26	44.355,28	33.214,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.304,61	9.502,88
Contribuições		40.050,67	23.711,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2.736.713,07	3.415.251,84
Incentivos		2.736.078,09	3.413.951,20
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		634,98	1.300,64
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		336.981.355,69	325.178.194,70
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)		-18.324.255,14	-13.069.939,14

BALANÇO FINANCEIRO • (JUNHO/2026)

INGRESSOS	NE	2026	2025
Receitas Orçamentárias	38	442.521,08	285.795,47
Ordinárias			
Vinculadas		442.686,12	285.809,47
Seguridade Social (Exceto Previdência)			1.000,00
Fundos Órgãos e Programas		442.686,12	284.809,47
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-165,04	-14,00
Transferências Financeiras Recebidas	39	333.149.995,02	305.769.460,44
Resultantes da Execução Orçamentária		294.306.677,63	265.292.644,52
Repasse Recebido		279.887.805,80	254.273.057,16
Subrepasse Recebido		14.418.871,83	11.019.587,36
Independente de Execução Orçamentária		38.843.317,39	40.476.815,92
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		30.035.574,67	33.020.019,81
Demais Transferências Recebidas		71.427,85	
Movimentos de Saldos Patrimoniais		8.736.314,87	7.456.796,11
Recebimentos Extraorçamentários	40	367.586.152,39	294.469.045,66
Inscrições dos Restos a Pagar Processados		56.476.172,99	63.369.587,22
Inscrições dos Restos a Pagar Não Processados		285.133.765,87	230.242.780,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.524.616,65	248.484,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários		451.596,88	608.193,47
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		41.247,48	38.295,90
Arrecadação de Outra Unidade		401.854,81	569.897,57
Demais Recebimentos		8.494,59	
Saldo do Exercício Anterior		49.204.563,54	44.090.679,02
Caixa e Equivalentes de Caixa		49.204.563,54	44.090.679,02
TOTAL		750.383.232,03	644.614.980,59

DISPÊNDIOS	NE	2026	2025
DespesasOrçamentárias		584.089.076,27	510.991.394,18
Ordinárias		465.263.384,70	417.177.191,01
Vinculadas	41	118.825.691,57	93.814.203,17
Educação		201.455,76	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	-
PrevidênciaSocial(RPPS)		118.439.234,74	93.649.739,53
Fundos, Órgão e Programas		185.001,07	164.463,64
Recursos Vinculados a Fundos,Órgãos e Programas			
Outros Recursos Vinculados aFundos, Órgãos e Programas			
TransferênciasFinanceirasConcedidas	42	23.185.206,56	25.079.399,41
ResultantesdaExecuçãoOrçamentária		14.424.942,87	11.019.587,36
RepasseConcedido		6.071,04	
SubRepasseConcedido		14.418.871,83	11.019.587,36
IndependentesdaExecuçãoOrçamentária		8.760.263,69	14.059.812,05
Transferência Financeira para pagamento de RP		8.337.433,83	13.482.082,72
Demais Transferências Concedidas		2.566,61	
MovimentodeSaldosPatrimoniais		420.263,25	577.729,33
AporteaoRPPS			
AporteaoRGPS			

PagamentosExtraorçamentários	43	92.202.082,24	67.212.579,36
PagamentodosRestosaPagarProcessados		56.940.124,61	52.281.722,14
Pagamento dos Restos a Pagar NãoProcessados		18.188.433,12	14.674.618,71
DepósitosRestituíveiseValoresVinculados		17.073.524,51	249.517,46
OutrosPagamentosExtraorçamentários			6.721,05
DemaisPagamentos			6.721,05
Saldo para o Exercício Seguinte		50.906.866,96	41.331.607,64
Caixa e Equivalentes de Caixa		50.906.866,96	41.331.607,64
TOTAL		750.383.232,03	644.614.980,59

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (JUNHO/2026)

	NE	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	44	8.273.293,47	345.463,16
INGRESSOS	45	359.527.482,15	306.873.638,24
Receita Patrimonial		18.007,64	7.143,98
Receita Agropecuária		148.751,06	88.272,48
Receita Industrial		12.667,10	5.070,10
Receita de Serviços		254.934,99	182.283,41
Outros Receitas Derivadas Originárias		8.160,29	3.025,50
Outros Ingressos Operacionais	46	359.084.961,07	306.587.842,77
DESEMBOLSOS		-351.254.188,68	-306.528.175,08
Pessoal e Demais Despesas	47	-283.813.640,46	-256.003.231,01
Legislativo			
Essencial à Justiça			
Administração			
Previdência Social		-48.375.075,96	-46.446.662,00
Saúde			
Educação		-234.126.490,33	-209.567.380,38
Direitos e Cidadania		-27.001,06	
Agricultura		-1.297.527,85	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-28.792,74	-27.484,53
Juros e Encargos da Dívida		-28.792,74	-27.484,53
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		41.247,48	38.295,90
Transferências Concedidas	48	-27.181.817,15	-25.189.306,15
Intragovernamentais		-27.091.596,95	-25.189.306,15
Outras Transferências Concedidas		-90.220,20	-
Outros Desembolsos Operacionais	49	-40.258.731,07	-25.335.637,92
Dispêndios Extraorçamentários		-17.073.524,51	-249.517,46
Transferências Financeiras Concedidas		-23.185.206,56	-25.079.399,41
Demais Pagamentos			-6.721,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	50	-6.570.990,05	-3.104.534,54
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS		-6.570.990,05	-3.104.534,54
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.070.990,05	-3.104.534,54
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.500.000,00	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			

DESEMBOLSOS			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51	1.702.303,42	-2.759.071,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5 2	49.204.563,54	44.090.679,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		50.906.866,96	41.331.607,64

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

No presente relatório estão evidenciadas as DCON até 30 de junho de 2026, extraídas de forma consolidadas no SIAFIWEB conforme determinação do MEC e disponibilizadas no site eletrônico do IFF. No Balanço Patrimonial evidencia-se uma variação negativa dos ativos totais do IFF, em aproximadamente 0,25% impulsionada pelo acréscimo de aproximadamente de 1,09% no Ativo Não Circulante.

As receitas realizadas até 30/06/2026 perfazem um montante de R\$ 442.521,08 e as despesas empenhadas no montante de R\$ 584.089.076,27, provocando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 583.646.555,19 em 2026, o percentual de realização de receitas próprias para este trimestre, de 17,53%, indica uma frustração na arrecadação.

O resultado patrimonial apurado no segundo trimestre de 2026 foi deficitário no valor de R\$ 18.324.255,14, apresentando um decréscimo de 40,20%, tendo como motivação o acréscimo de 7,54% nas Variações Patrimoniais Diminutivas, especificamente no item Pessoal e Encargos.

A seguir, são apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Boa leitura.

NOTASEXPlicativas **2026**

Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto, dentre outros normativos vigentes.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional é o Real. Demonstrações Contábeis do IFF não apresentam nenhum registro em moeda estrangeira.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta único [Tesouro Nacional](#), demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Conta Única do Governo Federal

Aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis refere-se à execução financeira. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

(d) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos; e (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado e os animais utilizados para o ensino dos alunos da instituição. Sendo as mercadorias de almoxarifado avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Propriedades para Investimentos

No âmbito das demonstrações patrimoniais, o grupo **Propriedades para Investimento** compreende os bens imóveis mantidos pelo ente público com a finalidade predominante de obtenção de receitas por meio de aluguel, arrendamento, valorização patrimonial ou ambas, não sendo utilizados diretamente na prestação de serviços públicos, nas atividades administrativas da entidade ou destinados à venda no curso normal das operações.

A classificação de imóveis como propriedades para investimento decorre da análise da destinação econômica e funcional do bem. Dessa forma, imóveis anteriormente classificados como bens de uso especial podem ser reclassificados para esse grupo quando deixarem de atender às finalidades institucionais da entidade e passarem a ser destinados predominantemente à obtenção de receitas patrimoniais ou à valorização do capital imobiliário, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo MCASP, pelo PCASP e pelas orientações da SPU.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão

profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(i) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(j) Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

(l) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros

predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII. demais obrigações.

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público “estima a receita e fixa a despesa da administração pública, com a especificação de suas principais fontes e financiamentos e das categorias de despesas mais relevantes” (CGU, Glossário). Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). Para maior entendimento, “pode-se definir a Execução Orçamentária como a utilização dos créditos (ou dotações) consignados no orçamento. Já a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das

ações orçamentárias atribuídas a cada unidade”. (Enap). Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.” (Portal da Transparência).

(p) Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

(q) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(r) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFVJM e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFVJM, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(s) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(t) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

Nota01 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial de 30/06/2026 apresentou uma variação positiva dos ativos totais do IFF em aproximadamente 0,25% (Tabela 1) impulsionada pelo acréscimo de 1,09% no Ativo Não Circulante, especificamente em Bens Móveis.

Tabela1 – Avaliação do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	30/06/2026	31/12/2025	Análise Horizontal(%)
Ativo Circulante	63.665.827,67	67.778.382,58	11,03
Ativo Não Circulante	513.410.813,49	507.874.096,62	1,09
Total	577.076.641,49	575.652.479,20	0,25
Passivo Circulante	116.701.752,62	105.687.497,62	19,88
Patrimônio Líquido	450.374.888,54	469.964.981,58	-4,17
Total	577.076.641,49	575.652.479,20	0,25

Fonte:SIAFI. 2025 e 2026

A seguir seguem itens com variações mais relevantes e representatividade conforme evidenciados no Balanço Patrimonial do Órgão:

Nota02–Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis na conta único do Tesouro Nacional relativo à Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense totalizaram R\$ 50.906.866,96 em junho de 2026.

Este grupo representa 8,82% referente aos ativos totais, e 79,95% do total do grupo de ativo circulante. E, em 30/06/2026 apresentou um acréscimo de 3,46%, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2025.

Caixa e Equivalentes de Caixa	30/06/2026	31/12/2025	Análise Horizontal(%)
Limite de saque com vinc. de pagamento	50.906.866,96	49.204.563,54	3,46%
Total	50.906.866,96	49.204.563,54	

Fonte: Tesouro Gerencial.

Nota03–Créditos a Curto Prazo

Este grupo compreende valores a receber por demais transações realizáveis a Curto Prazo, ou seja, com expectativa de recebimento até o fim do exercício de 2026 e representa 1,34% do total do ativo, apresentando um decréscimo de 44,16% em relação a 31 de dezembro de 2025, tendo em sua composição os Créditos tributários a Receber e Demais Créditos e Valores à Curto Prazo.

Os créditos tributários a receber no Órgão 26434 originam-se da transposição de saldo da antiga UG 153008 para UG – 158274, decorrente da transferência de depósitos compulsórios para realização à curto prazo, conforme Mensagem CCONT/STN 902584 DE 28/01/1993 (93NL000126-153008).

Estes créditos referem-se a direitos adquiridos pela tributação de empréstimos compulsórios, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 2.288/1986, cujo fato gerador era o consumo de combustíveis e aquisição de veículos. Dessa forma, como seu saldo encontra-se sem nenhuma alteração desde 2009, este Instituto enviou a Mensagem 2019/1280887 para UG 150003 - Setorial Contábil do MEC - e aguarda resposta quanto a sua permanência ou devida regularização.

Quanto aos Demais Créditos e Valores à Curto Prazo compreendem os direitos a receber pelos adiantamentos de férias, adiantamento do décimo terceiro salário, suprimimento de fundos, crédito a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada.

No mesmo sentido, o “Crédito a Receber por cessão de Pessoal” apesar de possuir baixa representatividade perante o total do Grupo, possui um saldo alongado pendente de análise quanto a sua credibilidade. O valor apresentado de R\$ 10.329,30 foi registrado desde 2004, conforme Nota de Auditoria 01/2004 em que foi apurado um crédito pendente junto a Prefeitura de Macaé oriundo da cessão de servidor.

O item com maior representatividade deste grupo é o ADIANTAMENTO DE FÉRIAS (89%) e apresentou um decréscimo de 4,09%, sendo fator contributivo para variação positiva no “Créditos a Curto Prazo”, em que registra a demanda dos servidores que gozam férias no segundo trimestre de 2026.

O fator que contribui para variação negativa apresentada neste item foi a baixa no saldo do adiantamento da 13ª parcela de décimo terceiro salário, em função da primeira parcela de décimo terceiro paga aos servidores do IFF na folha de pagamento de junho/2026.

DESCRIÇÃO	JUN/2026	dez/25	AH	AV
ADIANTAMENTO DE FERIAS	6.896.188,44	7.190.310,30	- 4,09	0,89
ADIANTAMENTO DO DECIMO TERCEIRO		5.186.344,56		
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	190.175,97	821.191,82	- 76,84	0,02
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	513.795,17	577.737,19	- 11,07	0,07
CRED TRIB NAO PREVIDENCIARIOS - NAO PARCELADO	41.506,80	41.506,80	-	0,01
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	10.329,30	10.329,30	-	0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	400,00	400,00	-	0,00
ADIANTAMENTO CONCEDIDO - SUPRIMENTO DE FUNDOS	69.509,40	0,00	-	0,01
TOTAL	7.721.905,08	13.827.819,97	- 44,16	

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 04 – Estoques

Os Estoques apresentam 0,87% de relevância em relação ao Total do Ativo, apresentando uma redução de 6,13% quando comparado com saldo de estoque em 30/06/2026. Destacamos que o material em estoque do Instituto Federal Fluminense, os mais expressivos são os relativos a gêneros de alimentação que são recursos destinados à distribuição de merenda escolar para os alunos.

O controle de estoque para registro no SIAFI é realizado por meio do Relatório de Movimentação do Almoxarifado (RMA) emitido pelo SUAP – Sistema de Controle Patrimonial do IFF, que em breve será substituído pelo SIADS estando em processo de implantação conforme informado pelo ofício OFÍCIO CIRCULAR Nº 46/2021 – PROADM/REIT/IFFLU. A troca desse sistema se torna cada vez mais primordial e urgente diante do SUAP apresentar falhas nos registros de saída de material, na evidenciação de perdas de estoque e controle de estoque de Animais.

DESCRIÇÃO	JUN2026	DEZ/2025	AH
MATERIAIS DE CONSUMO	4.581.580,24	4.324.963,68	5,93
MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	131.180,22	156.770,41	-16,32
MERCADORIAS PARA DOACAO - ESTOQUE INTERNO	140.838,80	80.808,61	74,28
ANIMAIS	183.456,37	183.456,37	-
TOTAL	5.187.803,78	4.745.999,07	6,13

Nota 5 – Investimentos

No exercício de 2026, em decorrência da migração cadastral promovida no sistema da Secretaria do Patrimônio da União (SPUNet), foram efetuadas reclassificações contábeis de imóveis anteriormente registrados no grupo **Bens Imóveis de Uso Especial** para o grupo **Propriedades para Investimento**, em conformidade com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Em 30 de junho de 2026, o saldo contabilizado em Propriedades para Investimento totalizou **R\$ 149.776.193,69**, composto por **R\$ 150.063.049,13** de valor bruto e **R\$ 286.855,44** de depreciação acumulada.

Todavia, após análise técnica realizada pela Coordenação de Contabilidade, verificou-se que parte dos imóveis reclassificados permanece sendo utilizada diretamente na execução das atividades institucionais do Instituto Federal Fluminense, especialmente para ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, não atendendo, portanto, às características previstas no MCASP para classificação como propriedades para investimento.

Em razão dessa divergência, o Instituto Federal Fluminense encontra-se realizando tratativas junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) visando à avaliação da classificação patrimonial atribuída aos imóveis e à eventual regularização dos registros contábeis, caso sejam identificadas inconsistências decorrentes da migração cadastral. Até a data-base das demonstrações contábeis, não havia manifestação conclusiva da SPU acerca do assunto.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	AH
Propriedades para Investimentos	149.776.193,7	0,00	100,00
(+) Valor Bruto Contábil	150.063.049,13	0,00	100,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	286.855,44	0,00	100,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	0	-
Total	149.776.193,69	0,00	-

Nota 6 - Imobilizado

Em 30/06/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 363.538.894,96, relacionado ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando segundo trimestre de 2026 com o quarto trimestre de 2025.

R\$

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	AH	AH%
Bens Móveis	77.961.680,8	75.859.677,00	2,77	0,21
(+) Valor Bruto Contábil	134.063.952,13	130.415.083,13	2,80	0,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	-56.102.271,33	-54.555.406,13	2,84	- 0,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0	0	-	-
Bens Imóveis	285.577.214,16	431.918.694,78	- 33,88	0,79
(+) Valor Bruto Contábil	286.147.257,19	432.687.869,66	- 33,87	0,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	-570.043,03	-769.174,88	- 25,89	- 0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0	0	-	-
Total	363.538.894,96	507.778.371,78	- 28,41	

Fonte: Tesouro Gerencial 2026 e 2025.

Nota7 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 30/06/2026 totalizavam R\$ 134.063.952,13 distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir:

Conta Contábil	30/06/2026	31/12/2025	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	46.975.743,58	46.537.477,01	0,94	0,35
Bens de Informática	37.006.626,56	36.517.178,50	1,34	0,27
Móveis e Utensílios	26.857.534,36	26.374.792,78	1,83	0,20
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.339.354,22	10.011.678,41	3,27	0,07
Veículos	10.534.351,45	10.531.668,11	0,03	0,08
Bens Móveis em Andamento	1.500.000,00	283.800,00	428,54	0,01
Bens Móveis em Almoxarifado	691.853,64		-	0,01
Semoventes e Equipamentos de Montaria	45.084,25	45.084,25	-	0,00
Demais Bens Móveis	113.404,07	113.404,07	-	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(56.102.271,33)	-54.555.406,13	2,84	
Total	77.961.680,80	75.859.677,00	2,77	

Fonte: Tesouro Gerencial 2026 e 2025.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão que apresentam maior representatividade em relação ao total bruto da conta móveis, 35% referem-se a Máquinas, Aparelhos,

[Digite texto]

[Digite texto]

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0	0	0
Terrenos, Glebas	0	0	0
Aquartelamentos	0	0	0
Imóveis de Uso Educacional	0	0	0
Edifícios	0	0	0
Complexos, Fábricas e Usinas	0	0	0
Imóveis Residenciais e Comerciais	0	0	0
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0	0	0
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	270.758.015,86	420.596.064,99	0
Total	270.758.015,86	420.596.064,99	35,62

Fonte: Tesouro Gerencial 2026 e 2025.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas Autarquias e Fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014.

Reavaliação e Atualização

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Informamos que os imóveis da Reitoria e do Campus Guarus no momento não estão passando pelo processo de reavaliação e/ou atualização, pois foram transferidos para a SPU-RJ atendendo orientações contidas no Ofício SEI nº 109541/2020/ME.

O setor de Contabilidade do IFFluminense foi orientado a transferir os imóveis acima

citados, que estavam cadastrados como de propriedade desse Instituto, para a SPU-RJ, pois constatou-se que como os mesmos ainda não estavam com toda a documentação de doação devidamente regulares, os imóveis não poderiam constar em nossos registros.

O IFFluminense mantém contato regular com a SPU-RJ, buscando informações sobre a regularização dos referidos imóveis, para os devidos ajustes de reavaliação, avaliação e baixas de obras possam ser realizados, porém ainda não obtivemos retorno positivo a respeito do assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do SEGUNDO trimestre de 2026. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também se encontram descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o compute da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o quarto trimestre de 2025 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada contempla parcialmente estes bens. Vale destacar que esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento com a implantação do SIADS.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais

para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPUnet.

O SPUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ -570.043,03. Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Nota 08 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Contudo, em virtude de inadequação do sistema SUAP, sistema de Controle Patrimonial desse Órgão,

encontra-se pendente a revisão anual dos ativos intangíveis com vida útil indefinida que se espera ser ajustado com a finalização da implantação do SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços) neste órgão.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019. Por enquanto, no Instituto Federal Fluminense, encontram-se pendentes estes registros por ausência de procedimentos administrativos e inadequações do sistema de controle patrimonial estando em funcionalidade até o presente momento o SUAP, onde se espera o atingir o controle determinado com a implantação do SIADS.

Em 30/06/2026, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 95.724,84 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o segundo trimestre de 2026 com o quarto trimestre de 2025.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	205.014,27	205.014,27	0
Software com Vida Útil Indefinida	17.490,88	17.490,88	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0	0	0
Amortização Acumulada	-126.920,31	-126.920,31	0
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0	0	0
Total	95.724,84	95.724,84	0

Fonte: Tesouro Gerencial 2026 e 2025.

No intangível destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 92,08% dos bens descritos no grupo.

Registrou-se até 31/07/2018 a Amortização com taxa de 20% a.a. dos softwares com Vida Útil Definida adquiridos até 31/12/2014 em sua totalidade que gerou o saldo redutor apresentado na conta “Amortização Acumulada” de R\$ 126.920,31 representando 61,91% dos “Software com Vida Útil Definida”. Softwares estes que totalizam o valor de R\$ 158.873,84 registrados no sistema CAP e que representam 77,50% da conta software com

Vida Útil Definida; maior parte dos softwares presentes no órgão. Os demais 22,50%, R\$ 46.140,43 da conta software com Vida Útil Definida se encontra pendente a inicialização da amortização correspondente em virtude de aguardar a finalização da implantação do sistema SIADS.

Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram contabilizados.

Nota09– Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 30/06/2026 as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, correspondem ao valor da apropriação salários do mensal, Benefícios assistenciais a pagar, encargos sociais a pagar e provisão de 13º dos servidores da Instituição, perfazendo o valor de R\$ 44.454.016,84, representando 7,70% do total do Passivo e apresentou um acréscimo de 6,58% quando comparado ao quarto trimestre de 2025.

O impacto positivo no item foi provocado pela variação positiva no “Décimo Terceiro Salário a pagar”, pois correspondem ao registro da obrigação referente a segunda parcela do décimo terceiro salário a ser pago em novembro de 2026.

Conta Contábil	JUN/2026	dez/25	AH	AV
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	35.325.785,61	41.022.399,59	-	13,89
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	524.626,48	447.262,12	-	17,30
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	263.321,26	239.260,19	-	10,06
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	659,25	2.155,74	-	69,42
INSS-CONTRIB S/ SERV DE TERC/CONTRIB AVULSOS	0,00	149,83	-	100,00
DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	2.715.564,58	0,00	-	0,06
INSS - CONTRIB SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	111.635,95	0,00	-	0,00
INSS - CONTRIBUICAO S/ SERVICOS DE TERCEIROS	5.766,95	0,00	-	0,00
PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	5.489.042,76	0,00	-	0,12
PSSS-CONTRIB. S/ VENC. E VANTAG. - INTER MUN	17.614,00	0,00	-	0,00
Total	44.454.016,84	41.711.227,47		6,58

Nota 10 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2026, a Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.224.488,21 relacionados com fornecedores e contas a pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e

estrangeiros.

Em reais R\$

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	AH	AV – MAR/2026
Curto Prazo	5.224.488,21	3.761.765,22	38,88%	100%
Nacionais	5.224.488,21	3.761.765,22	38,88%	100%
Estrangeiros	-	-	-	-
Total	5.224.488,21	3.761.765,22	38,88%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2026.

Todos os fornecedores e contas a pagar do curto prazo refere-se aos fornecedores nacionais no nosso Instituto.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2026.

Em reais - R\$

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante – Órgão

Unidade Gestora	JUN/2026	dez/25	AH	AV
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	128.046,87	42.956,07	198,09	0,02
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	2.304.914,83	1.683.626,52	36,90	0,44
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	905.944,65	311.861,33	190,50	0,17
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	579.359,80	224.653,72	157,89	0,11
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	199.993,31	338.235,63	40,87	0,04
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	396.253,65	247.074,45	60,38	0,08
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	470.057,44	574.434,97	18,17	0,09
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	239.917,66	338.922,53	29,21	0,05
TOTAL	5.224.488,21	3.761.765,22	38,88	

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 61% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados e as obrigações com as despesas de pessoal. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na

[Digite texto]

data base de 30/06/2026.

Em Reais - R\$

Fornecedor	30/JUN/26
FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.025.320,51
TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	493.472,11
CONSTRUMAX DE ITAOCARA CONSTRUCAO REFORMA E PINTURA TEC	349.213,88
CRIAR CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	347.067,06
HC COMUNICACAO DE DADOS LTDA.	314.371,70
CNS NACIONAL DE SERVICOS LIMITADA	170.216,56
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	163.644,26
TRANSCOLAR COMERCIO E SERVICOS PADUENSE LTDA	163.208,42
Demais fornecedores	2.197.973,71
TOTAL	5.244.488,21

Fonte: SIAFI, 2026.

Em relação aos principais fornecedores, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 57,77% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Fornecedor A: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA- CNPJ: 04.635.778/0001-28

Contrato Nº 01/2024: Contratação de serviços de limpeza e conservação para atender às demandas dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Itaperuna e Centro de Referência do Instituto Federal Fluminense;

Contrato Nº 17/2022: Contrato para prestação de serviços contínuos de assistência e apoio aos estudantes com deficiências e/ou transtornos de aprendizagem, com fornecimento de mão de obra para a execução das atividades de Profissional de Apoio Escolar I (Cuidador) e Profissional de Apoio Escolar II (Mediador), para atender às necessidades do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

Contrato Nº 41/2023: Contratação de serviços contínuos de apoio administrativo, com fornecimento de material de higiene e limpeza, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, para atender às necessidades dos Campi do IF Fluminense;

(b) Fornecedor B: TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA- CNPJ: 31.376.361/0001-60

Contrato Nº 77/2024: Contrato referente à execução de remanescente de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, diurna e noturna, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, equipamentos e uniformes para atender às demandas dos campi do Instituto Federal Fluminense, em virtude da rescisão unilateral do Contrato nº 21/2022, com fulcro no art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666, de 1993.

(c) Fornecedor C:CONSTRUMAX DE ITAOCARA CONSTRUCAO REFORMA E PINTURA TEC – CNPJ: 07.673.474/0001-43

Contrato NR 029/2026: Contratação de obra de engenharia para construção de Restaurante Estudantil no campus Avançado Cambuci do Instituto Federal Fluminense – Item 01 da Concorrência Eletrônica nº 90002/2024.

(d) Fornecedor D: CRIAR CONSULTORIA E SERVICOS LTDA – CNPJ: 44.836.465/0001-52

Contrato Nº 205/2024: Construção do Laboratório de Música no Campus Campos Guarus do Instituto Federal Fluminense;

Contrato Nº 93/2025: Construção de prédio de laboratórios da área de indústria no Campus Cabo Frio do Instituto Federal Fluminense.

(e) Fornecedor E: HC COMUNICACAO DE DADOS LTDA – CNPJ: 05.202.938/0001-08

Contrato Nº 55/2026: Prestação dos serviços técnicos continuados (Cabeamento Estruturado, Rede Wireless, Manutenção De Nobreaks, Audiovisual, Videomonitoramento, Rede Elétrica De Baixa Tensão).

(f) Fornecedor F: CNSNACIONAL DE SERVICOS LIMITADA – 33.285.255/0001-05

Contrato Nº 02/2021: Contrato para prestação de serviços de agropecuária e produção de alimentos com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento aos campi Bom Jesus e Cambuci do IF Fluminense.

Contrato Nº 18/2022: Contrato para prestação de serviços contínuos de assistência e apoio aos estudantes com deficiências e/ou transtornos de aprendizagem, com fornecimento de mão de obra para a execução das atividades de Profissional Especializado de nível superior no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Tradutor e Intérprete de Libras / Língua Portuguesa (TILSP), para atender às necessidades do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

Contrato Nº 64/2024: Contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) em serviços contínuos de apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas e/ou transtornos de aprendizagem, para atender às demandas dos Campi do IFF, executado por Profissional de Apoio Escolar II (Mediador).

**(f) Fornecedor F: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
- CNPJ : 05.340.639/0001-30**

Contrato Nº 17/2023 - Contratação de serviços comuns de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento, administração e controle de abastecimento de combustíveis por meio de cartão magnético com chip e manutenção automotiva preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes, acessórios entre outros materiais, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, para atender os veículos/equipamentos do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.

**(h) Fornecedor H: TRANSCOLAR COMERCIO E SERVICOS PADUENSE LTDA – CNPJ
-11.505.046/0001-89**

Contrato Nº 01/2021: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de alimentação e nutrição, por meio da operacionalização e do desenvolvimento de todas as atividades envolvidas na produção e distribuição de refeições e bebidas não alcoólicas, para lanches de intervalo, almoço e lanche noturno, mediante concessão administrativa de uso de bem público destinado à exploração econômica de refeitório, com concessão onerosa de uso, no campus campos guarus do iffluminense;

Contrato Nº 01/2023: Contratação de serviços de ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO MEDIANTE FORNECIMENTO DE LANCHES E REFEIÇÕES NO REFEITÓRIO ESTUDANTIL E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA CANTINA do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense, a saber: produção e distribuição de lanches e refeições e venda de gêneros alimentícios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para servidores e alunos, para atender as demandas do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE;

Contrato Nº 10/2023: Contratação de serviços de Alimentação e Nutrição para lanches de intervalo, almoço e lanche noturno, mediante concessão administrativa de uso de bem público destinado à exploração econômica de

refeitório, com concessão onerosa de uso no valor de R\$ 312,22 (trezentos e doze reais e vinte e dois centavos), nas dependências do Campus Avançado São João da Barra do Instituto Federal Fluminense.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Em Reais - R\$

Obrigações Contratuais - Composição – Órgão

Obrigações Contratuais	JUN/2026	dez/25	AH	AV
Aluguéis	17.771,45	17.771,45	-	0,00
Fornecimento de Bens	3.927.996,39	3.920.627,22	0,19	0,07
Serviços	55.538.099,07	56.116.141,12	- 1,03	0,93
Total	59.483.866,91	60.054.539,79	- 0,95	

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 95% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do segundo trimestre de 2026.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2026.

Obrigações Contratuais

Unidade Gestora	JUN/2026	DEZ/2025	AH	AV
INST. FED. FLUMINENSE/CAMPUS QUISSAMA	1.862.373,13	2.350.987,66	20,78	0,03
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	36.865.488,20	36.832.671,15	0,09	0,62
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CAMPOS-CENTRO	9.931.953,19	8.251.028,96	20,37	0,17
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS MACAE	1.574.825,82	2.029.814,42	22,42	0,03
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS ITAPERUNA	3.207.686,88	3.384.661,03	5,23	0,05
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS GUARUS	322.751,11	656.340,34	50,83	0,01
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS B.JESUS DO ITABAP	3.309.707,63	3.748.955,52	11,72	0,06
INST.FED. FLUMINENSE/CAMPUS CABO FRIO	2.409.080,95	2.800.080,71	13,96	0,04
TOTAL	59.483.866,91	60.054.539,79	0,95	

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

A unidade gestora da Reitoria e o Campus Centro são responsáveis por 79% do total contratado de todo Órgão. Contudo, estas duas unidades concentram os contratos porque além de o Campus Centro ser o maior Campus do Instituto, na Reitoria se encontra os contratos de obras de todos os campi, o controle e execução dos contratos de serviço de seis Campus Avançados e seus próprios contratos.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os sete contratados mais significativos e o saldo a executar, até 30/06/2026.

[Digite texto]

Obrigações Contratuais - Por Contratado - Órgão

CONTRATADO	30/jun/26
RAPHSON ENGENHARIA LTDA	5.399.319,39
FERTHYMAR EMPREEND	3.578.794,763
CRIAR CONSULTORIA E SERV	3.292.841,57
ITP INDUSTRIA, LTDA	3.272.780,00
FUNDACAO PRO-IFF	2.707.780,00
DOHA EMPREENDIMENTOS E	2.132.787,48
SIMPRESS COM.LOC.E SERV	1.925.438,58
Demais Contratados	37.174.504,84
TOTAL	59.483.866,91

Em relação aos contratos de valores mais significantes, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Contratados – Principais Transações

(a) Contratado A: RAPHSON ENGENHARIA LTDA – CNPJ – 33.356.974/0001-61

CONTRATO 50/2025 - Contratação de obra de engenharia para Construção de Restaurante Estudantil, da Subestação de Energia Elétrica e da Infraestrutura para Implantação do Campus Magé do Instituto Federal Fluminense com vigência até 11/01/2027;

CONTRATO 51/2025 - Contratação de obra de engenharia para Adequação e Reforço estrutural do Prédio Administrativo e Quadra Poliesportiva para Implantação do Campus Magé do Instituto Federal Fluminense com vigência até 11/07/2026.

(b) Contratado B: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA- CNPJ: 04.635.778/0001-28

Contrato N° 01/2024: Contratação de serviços de limpeza e conservação para atender às demandas dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Itaperuna e Centro de Referência do Instituto Federal Fluminense com vigência até 16/01/2029;

Contrato 205/2024 - Contratação de empresa especializada destinada à execução de remanescente de serviços não integralmente executados, em virtude da rescisão do Contrato n° 60/2024, para obra de engenharia para Construção do Laboratório de Música no Campus Campos Guarus do Instituto Federal Fluminense com vigência até 27/02/2026;

Contrato N° 41/2023: Contratação de serviços contínuos de apoio administrativo, com fornecimento de material de higiene e limpeza, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, para atender às necessidades dos Campi do IF Fluminense com vigência até 29/12/2026;

(c) Contratado C: CRIAR CONSULTORIA E SERV. - CNPJ: 44.836.465/0001-52

Contrato 59/2024 – Contratação de obra de engenharia para Construção de prédio de laboratórios da área de indústria

[Digite texto]

no Campus Cabo Frio do Instituto Federal Fluminense com vigência até 08/06/2026

Contrato 60/2024 - Contratação de obra de engenharia para Construção do Laboratório de Música no Campus Campos Guarus do Instituto Federal Fluminense com vigência até 08/06/2025, porém houve rescisão contratual conforme Termo de rescisão Contratual nº 02/2024, portanto o saldo deste contrato deverá ser baixado até o primeiro trimestre de 2026.

(d) Contratado D: ITP INDUSTRIA, LTDA - CNPJ – 09.176.584/0001-25

CONTRATO NR 52/2025 - Contratação de empresa para aquisição, instalação e montagem de Salas Modulares para a construção do novo campus de Magé do Instituto Federal Fluminense com vigência até 11/04/2026.

(e) Contratado E: FUNDAÇÃO PRO IFF- CNPJ: 04.016.579/0001-31

CONTRATO 112/2024 - Contratação de serviços, através de Dispensa de Licitação, de acordo com o artigo 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958/1994, da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – Pró-IFF para gerir administrativa e financeiramente o Projeto para oferta de Curso de Especialização Escola da Terra com vigência até 01/06/2026;

CONTRATO 04/2023 – Contratação de serviços para gerir administrativa e financeiramente o projeto “Curso Técnico em Gastronomia para formação profissional de estudantes do ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino na Região dos Lagos” com vigência até 31/07/2026.

CONTRATO 04/2026 - Contratação de serviços comuns de gestão administrativa e financeira Projeto de Produção Agropecuária (MAPA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência com vigência até 02/09/2027.

(f) Contratado F: DOHA EMPREENDIMENTOS E- CNPJ - 25.404.758/0001-16

CONTRATO NR. 93/2025 - Contratação de obra de engenharia para Construção de prédio de laboratórios da área de indústria no Campus Cabo Frio do Instituto Federal Fluminense com vigência até 22/06/2027

(g) Contratado G: SIMPRESS COM.LOC.E SERVIÇOS – CNPJ -

CONTRATO 31/2025 - Contratação de serviço de Outsourcing de Impressão (Solução de TIC - prestação de serviços de cópia e impressão) para atender às demandas dos campi e da Reitoria do Instituto Federal Fluminense com vigência até 28/03/2029.

Nota 11- Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 30/06/2026 o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um de R\$ 77.022.986,29 com acréscimo de 27,91% em relação ao final do exercício anterior, impulsionado pela variação positiva das obrigações referentes a transferências Financeiras TED a comprovar (18,06%), em razão de novos TED efetuados com as prestações de contas apresentadas a ser apresentadas pelo IFF aos Órgãos repassadores.

Estas obrigação sobre TED a comprovar que possui grande representatividade (73%) do total de Demais Obrigações a Curto Prazo e sua variação positiva contribuiu para o decréscimo apresentado nos ativos totais do IFF, como também motivou o registro de restrição contábil, pois este item possui saldos alongados.

[Digite texto]

Os saldos alongados referem-se a ausência de registro da prestação de contas final de TED -Termo de Execução Descentralizada - a comprovar com vigência expirada, pois apesar do IFF ter apresentado a prestação de contas ao órgão repassador dos recursos, o mesmo não tomou providencias quanto à análise das contas prestadas pelo IFF, como também, não vem efetuando a baixa de saldos registrados como pendentes de comprovação no SIAFI.

O saldo apresentado na conta Retenção de Tributos/Ingressos Extra-Orçamentários trata-sede nova rotina de recolhimentos de Tributos Federais por meio de DARFCONTABIL adotada a partir de 01/04/2026 que compreende todas as retenções de tributos federais efetuadas pelo IFF nos pagamentos a fornecedores e servidores.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Conta Contábil	JUN/2026	dez/25	AH	AV
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	56.593.699,78	47.935.962,42	18,06	0,73
IRRF DEVIDO AO TESOIRO NACIONAL	7.080.818,36	7.096.414,20	- 0,22	0,09
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.164.445,44	3.053.893,89	3,62	0,04
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOUR	1.342,66	560.651,88	- 99,76	0,00
INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS	355.014,06	557.018,69	- 36,27	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	277.816,19	375.927,65	- 26,10	0,00
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB FEDERAL	360.489,25	336.824,67	7,03	0,00
RETENCAO PREVIDENCIARIA - FRGPS	6.683,33	241.659,95	- 97,23	0,00
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	85.601,76	28.533,92	200,00	0,00
SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	14.642,44	14.120,00	3,70	0,00
ISS	6.133,39	13.161,28	- 53,40	0,00
DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES NAO RECLAM	997,08	168,88	490,41	0,00
DIARIAS A PAGAR	6.394,80	167,50	3.717,79	0,00
PSSS - VENCIMENTOS E VANTAGENS	576.673,61	0,00	-	0,01
INDENIZACOES E RESTITUICOES DEVIDAS AO TESOUR	15,10	0,00	-	0,00
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	707,62	0,00	-	0,00
ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	2.224,68	0,00	-	0,00
SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	41.247,48	0,00	-	0,00
RETENCAO DE TRIBUTOS/INGRESSOS EXTRA-ORCAMENT	8.448.039,26		-	0,11
TOTAL	77.022.986,29	60.214.504,93	27,91	

Nota 12 - Resultado do Exercício

O Resultado do Exercício apresentou um superavit, no saldo de R\$ 18.324.255,14 no segundo trimestre de 2026 e apresentou um decréscimo de 176% em relação 31 de dezembro de 2025.

Nota 13- Resultados de Exercícios Anteriores

O Resultado de Exercícios Anteriores apresentou um saldo R\$ 412.154.279,83 em 30/06/2026 e teve uma variação positiva de 1,13% em relação ao final de dezembro de 2025, representando 90,89% em relação ao total do Patrimônio Líquido.

Nota 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores

[Digite texto]

Os Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos aos fatos subsequentes”, no segundo trimestre de 2026 apresentou um saldo de R\$ 1.490.837,90, obtendo uma variação negativa de 92,36%.

Este decréscimo foi impulsionado pelo ajuste realizado no registro de Depreciação Acumulada na Reitoria, Campus Macaé e no Campus Bom Jesus.

Os outros saldos registrados são provenientes de despesas de exercícios anteriores no Campus Quissamã, Campus Itaperuna, Campus Centro e Reitoria referente a contratos com concessionárias e serviços e baixa de créditos de Cessão de Pessoal registrados pela na Reitoria.

Nota 15 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial é obtida por meio do saldo residual entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício que será parte integrante do saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

A partir da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) evidenciadas na DVP do IFF, em 30/06/2026 foi apresentado um resultado deficitário, no valor de R\$ 18.324.255,14. Este deficit foi impulsionado pelo acréscimo das Variações Patrimoniais Diminutivas, conforme tabela a seguir:

Tabela 17–VariaçõesPatrimoniaisAumentativasxVariaçõesPatrimoniaisDiminutivas
R\$milhões

	30/06/2026	30/06/2025	AH(%)
VariaçõesPatrimoniaisAumentativas(I)	336.981.355,69	325.178.194,70	3,63
VariaçõesPatrimoniaisDiminutivas(II)	355.305.610,83	338.248.133,84	5,04
ResultadoPatrimonialdoPeríodo(III= I-II)	(18.324.255,14)	(13.069.939,14)	-40,20%

Fonte:SIAFI 2026 e 2025.

O do resultado patrimonial deficitário apresentado em 30 de junho de 2026 foi 40,20% menor quando comparado com o segundo trimestre de 2025, tendo como motivação o acréscimo de 5,04% nas Variações Patrimoniais Diminutivas, especificamente no item Pessoal e Encargos.

Destacamos a variação positiva apresentada nas Variações Patrimoniais Aumentivas de 3,63% discriminadas abaixo:

Nota16 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A Variação Patrimonial Aumentativa referente à Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos do Instituto Federal Fluminense teve um acréscimo de 54,81% representando 0,13% do total das Variações Patrimoniais

[Digite texto]

Aumentativas em 30/06/2026. Ela consiste nas receitas oriundas de aluguéis, concessão de uso, serviços administrativos, cursos de especialização, serviços de estudos e pesquisas, concursos, entre outros.

Nota17- Transferências e Delegações Recebidas

Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intergovernamentais possuem grande representatividade em relação ao Total das Variações Patrimoniais Aumentativas de 98,97% e apresentou um aumento de 8,95% em 30/06/2026 quando comparado ao mesmo período em 2025.

Outras Transferências e Delegações Recebidas

Em comparação com o mesmo período do ano anterior (junho/2025) houve um acréscimo em Outras Transferências de 14,76%, sendo a sua relevância de apenas 0,11% diante do total das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Nota18- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Ganhos com Desincorporação de Passivos

No segundo trimestre de 2026 houve um decréscimo de 85,76%, impulsionando a variação negativa apresentada nas Variações Patrimoniais Aumentativas. Os Ganhos com Desincorporação de Passivos representa 0,77 % do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. O montante deste item refere-se, as obrigações referentes ao recolhimento de retenções dos tributos federais impostas pela INRFB 1234/2012 e baixa de TED a comprovar.

Nota19- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 30/06/2026 houve acréscimo de 132,39% comparado ao mesmo trimestre do ano de 2025 e representa 0,12% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Este grupo é composto em sua maioria por restituições, especificamente, devoluções de despesas pagas em exercícios anteriores.

Nota20- Pessoal e Encargos

O grupo de Pessoal e Encargos possui uma relevância de 63,42% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), composto dos valores de Remuneração a Pessoal, Encargos Patronais, Benefícios a Pessoal e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Seu valor mais expressivo é a Remuneração a Pessoal, de 49,60%. O valor de Remuneração de Pessoal e Encargos teve um acréscimo de 7,54% e 7,03%, respectivamente, em relação ao período anterior (30/06/2025).

Nota21- Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo de Benefícios Previdenciários e Assistenciais representa 16,15% do total de Variações Patrimoniais
[Digite texto]

Diminutivas ao final do segundo trimestre de 2026 e obteve um acréscimo de 3,90%, tendo em sua composição destacam-se Aposentadorias e Reformas, 3,42%, e Pensões, 6,29%.

Nota22- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Diante do total das Variações Patrimoniais Diminutivas o uso de bens, serviços e consumo de capital fixo representa 9,83% do total das variações diminutivas. Quando comparado com 30 de junho de 2025, percebe-se um acréscimo de 14 % em Serviços, subgrupo mais expressivo do item que abrange a despesa da contratação de pessoal terceirizado e que alavancou a variação positiva deste grupo .

Nota23- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Este item representa 0,05% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas e apresentou um acréscimo de 54,84% em 30 de junho de 2026. O saldo apresentado de de R\$ 186.674,77 corresponde a pagamento de juros, multas e encargos financeiros do IFF sobre pagamento de despesas efetuados em atraso.

Nota24- Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências e Delegações Concedidas representam 6,59% das Variações Patrimoniais Diminutivas ao final de junho de 2026 e obteve uma variação negativa de 7,62%, em comparação com o mesmo segundo trimestre do ano de 2025. Esses valores referem-se principalmente aos sub-repasses feitos aos *campi* do Instituto.

Nota 25–Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Ativos

Os itens mais representativos deste item são a “Incorporação de Passivo”, 3,17% e a “Desincorporação de Ativos”, 0,01%. A Incorporação de Passivo tem a sua composição os recursos recebidos de outros órgãos pendente de comprovação, e neste trimestre apresentou um decréscimo de 9,03% em relação a junho de 2025.

Nota 26–Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Este item apresentou uma variação negtiva de 19,87% no segundo trimestre de 2026 quando comparado ao mesmo periodo de 2025, neste item encontram-se registrados as despesas com Bolsas de Estudos que representam 98% do total de despesas deste grupo, e apresentam um decréscimo de 19,86%.

Nota 27 - Balanço Orçamentário

Em 30/06/2026, o Instituto Federal Fluminense apresentou em seu Balanço Orçamentário uma realização no valor de R\$ 442.521,08de suas receitas previstas, e em relação às suas despesas fixadas, foram executadas no valor de R\$584.089.076,27, como mostra a Tabela 17.

Quanto aos dados da Despesa, a Dotação Inicial constará os valores liberados pela SOF de acordo com os limites e a movimentação de empenhos estabelecidos pelo Decreto nº 12.416, de 21 de março de 2025, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal, até a publicação da LOA e do decreto de programação financeira.

Já a Dotação Atualizada ou Fixada, constam os valores autorizados pela LOA, os créditos adicionais e as descentralizações de créditos orçamentários de outros Órgãos.

[Digite texto]

Até 30 de junho de 2026 o Instituto recebeu recursos descentralizados de outros Institutos Federais visando pagamentos de GECC. Como também houve descentralizações orçamentárias recebidas. do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, Univesidade Federal de Juiz de Fora, FNDE e do INCRA.

Quanto aos créditos adicionais, houve os créditos por superávit financeiro sobre Receita Própria no valor de R\$ 49.413,00. E créditos suplementares de recursos da União de R\$ 22.015.851,00, tendo também dotações anuladas no valor de R\$ 3.559.280,00.

Balanco Orçamentário	Previsão/Fixação	Realização/Execução
Receitas Correntes	R\$ 2.524.688,00	R\$ 442.521,08
Receitas de Capital	R\$ 21.120,00	
Total das Receitas		R\$ 442.521,08
Despesas Correntes	R\$ 675.017.045,00	R\$ 584.089.076,27
Despesas de Capital	R\$ 4.751.127,00	
Total das Despesas	R\$ 679.768.172,00	R\$ 584.089.076,27
(Déficit)		-R\$ 583.646.555,19

Fonte: Tesouro Gerencial, 2026

A seguir apresenta-se a listagem com as maiores realizações de receita no exercício de 2026 do Instituto Federal Fluminense:

Posição	Receitas	Arrecadação	AV
1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	254.934,99	57,61%
2	Receita Agropecuária	148.751,06	33,61%
3	Exploração do patrimônio imobiliário do Estado	18.007,64	4,07%
4	Receita Industrial	12.667,10	2,86%
5	Outras Receitas Correntes	8.160,29	1,84%
		190.539,15	100,00%

Tesouro Gerencial, 2026.

Nota28- Serviços Administrativos e Comerciais Gerais

Os Serviços Administrativos e Comerciais Gerais representam 57,61% do total das Receitas próprias, resultado de serviços administrativos e taxa para processos seletivos para cursos de especialização, serviços de estudos e pesquisas, cursos e foi arrecadada 11,63% em relação a prevista para o exercício de 2026, indicando uma queda de arrecadação no exercício.

Nota29- Receita Agropecuária

As Receitas Agropecuárias são arrecadadas apenas pelo Campus Bom Jesus tratando-se do comércio da produção agrícola excedente para fins de educação, representando 33,61% das receitas arrecadadas, e foram realizadas 129,16% das receitas previstas no orçamento do IFF de 2026, indicando excesso arrecadação.

Nota30- Exploração do Patrimônio Imobiliário

Os valores referentes à exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado tratam de concessões de uso para cantinas nos campi, representando 4,07% do total das receitas arrecadadas, a realização de 25,33% das receitas previstas aponta para

[Digite texto]

um deficit de arrecadação em 2026.

Nota31- Outras Receitas Correntes

Os valores referentes à Outras Receitas Correntes foram previsto um valor de R\$ 8.867,00 e foi arrecadada 92,03% até o final do segundo trimestre de 2026, o valor de R\$ 8.160,29.

Nota32- Receita Industrial

As Receitas Industriais são arrecadadas apenas pelo Campus Bom Jesus tratando-se do comércio da produção excedente para fins de educação. E, neste segundo trimestre representa 2,86% das receitas arrecadadas e a realização de 9,25% das receitas previstas aponta para um deficit de arrecadação para 2026.

Na continuação, apresenta-se a tabela com a segregação das principais despesas:

Posição	Despesas	Execução	AV
1	Pessoal e Encargos Sociais	92,60%	89,52%
2	Outras Despesas Correntes	55,30%	10,45%
3	Despesa de Capital	3,57%	0,03%
			100,00%

Tesouro Gerencial, 2026

Nota33- Pessoal e Encargos Sociais

Nas despesas com pessoal e encargos sociais existe uma execução de 92,60% o que demonstra a utilização de grande partedos créditos orçamentários previstos para o exercício. Despesas com Pessoal e Encargos sociais representam 89,52% em relação ao total de Despesas executadas no segundo trimestre de 2026.

Nota34- Outras Despesas Correntes

Na despesa fixada, as outras despesas correntes do Instituto, foram executadas 55,30% do fixados para o exercício de 2026, representando 10,45% do total das despesas executadas em 2026. Destacamos na execução de despesas correntes, recursos oriundos de outros órgãos descentralizados para execução no Instituto. Descentralizações de recursos orçamentários do:do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, Univesidade Federal de Juiz de Fora, FNDE e do INCRA.

Nota35- Investimentos

No segundo trimestre de 2026 teve uma execução orçmentária de Investimentos de 3,57%, tendo sido fixada de despesas o valor de R\$ 4.751.127,00 e empenhadas R\$ 169.620,85.

[Digite texto]

Nota36 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto as processadas dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

No encerramento do exercício de 2024, o órgão havia inscrito em restos a pagar não processados (RPNP), considerando também os restos a pagar reinscritos, despesas na ordem de R\$ 39.587.678,39 (trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos) apresentando assim um acréscimo de 44,57%, conforme demonstrado na tabela 21, abaixo.

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2025	31/12/2024	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	32.580.911,65	16.868.922,54	93,14
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	6.981.975,04	10.513.072,65	-33,58
TOTAL	39.587.678,39	27.381.995,19	44,57

Siafi, 2026

Execução Orçamentária RPNP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa

A tabela abaixo demonstra a execução dos RPNP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram executados/liquidados em 2026, 50% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 80%, e as Despesas de Capital, 29% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

R\$ 1,00

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (3)/(4)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Inscrições RPNP (-) Cancelados(-)Bloqueados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc.
DESPESAS CORRENTES	16.240.539,73	13.871,30	16.226.668,43	12.918.850,68	80%
DESPESAS DE CAPITAL	23.347.138,66	8.586,90	23.338.551,76	6.855.035,75	29%
TOTAIS	39.587.678,39	22.458,50	39.565.219,89	19.774.006,49	50%

A tabela abaixo apresenta a composição dos RPNP executados por grupo de despesa. Das Despesas Correntes, o maior percentual de execução foi a Outras despesas Correntes, com 80%.

R\$ 1,00

Grupo de despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (3)/(4)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Inscrições RPNP (-) Cancelados(-)Bloqueados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc.
Outras Despesas Correntes	16.224.611,24	13.871,30	16.211.753,09	12.912.850,68	79,60
Pessoal e encargos	15.928,49		15.928,49	6.120,06	38

Capital	23.347.138,66	8.586,90	23.338.551,76	6.855.035,75	29
TOTAIS	39.587.678,39	22.458,50	39.565.219,89	19.774.006,49	50

Siafi Web, 2026.

A tabela abaixo demonstra a execução dos RPP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram pagos em 2026, 99,37% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 99,43%, e as Despesas de Capital, 94,05% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto

R\$ 1,00

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADO S	Inscrições RPP (-) Cancelados	PAGOS	% Pag/Insc.
DESPESAS CORRENTE S	56.723.435,41	3.070,53	56.720.364,88	56.397.473,03	99,43
DESPESAS DE CAPITAL	576.953,87	0	576.953,87	542.651,58	94,05
TOTAL	57.300.389,28	3.070,53	57.297.318,75	56.940.124,61	99,37

A tabela abaixo apresenta a composição dos RPP executados por grupo de despesa. Das Despesas com Pessoal possui o maior percentual de execução, com 100%, tratando-se das obrigações sobre folha de pagamento de dezembro de 2025, registradas no passivo em 31/12/2025 e pagas em janeiro de 2026

R\$ 1,00

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADO S	Total RPP (-) Canc	PAGOS	% Pag/Insc
DESPESAS CORRENTE S					
Pessoal e Encargos Sociais	48.672.404,56	0	48.672.404,56	48.672.404,56	100

[Digite texto]

Outras Despesas Correntes	8.051.030,85	3.070,53	8.047.960,32	7.725.068,47	95,98
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	576.953,87		576.953,87	542.651,58	94,05
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0
TOTAL	57.300.389,28	3.070,53	57.297.318,75	56.940.124,61	99,37

Nota 37 - Balanço Financeiro

Em 30/06/2026 o Instituto Federal Fluminense apresentou as seguintes variações Financeiras que se mostraram relevantes:

Tabela 26– Resultado Financeiro – Visão Geral

	30/06/2026	30/06/2025	AH
Receitas Orçamentárias	442.521,08	285.795,47	54,84%
Despesas Orçamentárias	584.089.076,27	510.991.394,18	14,31%
Resultado Orçamentário (I)	-583.64.555,19	-510.705.598,71	14,28
Transferências Financeiras Recebidas	333.149.995,02	305.769.460,44	8,95%
Transferências Financeiras Concedidas	23.185.206,56	25.079.399,41	-7,55%
Transferências Financeiras Líquidas (II)	309.964.788,46	280.690.061,03	10,43%
Recebimentos Extraorçamentários	367.586.152,39	294.469.045,66	17,30%
Pagamentos Extraorçamentários	92.202.082,24	67.212.579,36	13,80%
Resultado Extraorçamentário (III)	275.384.070,15	227.256.466,30	18,00%
Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)	-1.702.303,42	-2.759.071,38	161,69%

Fonte: SIAFI, 2026

Nota38- Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias representam 0,1% do total de ingressos no segundo trimestre de 2026. Em valores [Digite texto]

brutos percebe-se crescimento expressivo das receitas orçamentárias (54,84%) em relação ao mesmo período de 2025, mas em valor absoluto ainda insuficiente frente às despesas orçamentárias.

Nesse montante concentra-se o resultado da soma de todas as receitas realizadas no Instituto; em seguida, deduzindo as devoluções e ressarcimentos. Essas receitas se referem a diversas origens como serviços administrativos, receita patrimonial, agropecuária, industrial dentre outras, sendo compatível com ingressos operacionais referente a receitas derivadas e originárias da DFC.

Nota39- Transferências Financeiras Recebidas

Comparando a Balanço Financeiro verifica-se que no Repasse Recebido houve um pequeno crescimento de 10,94% em relação ao mesmo período de 2025, indicando maior ingresso de recursos provenientes de repasses financeiros e sua relevância no grupo é de 88% em relação ao total dos Ingressos, tendo como fator contributivo a transferência de passivos dos Campi para a Reitoria em virtude da nova sistemática de pagamento das retenções previdenciárias INSS (DARF NUMERADO). Este grupo possui equivalência a Transferencia Financeira Recebida em Outros Ingressos Operacionais no DFC.

BF - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - 2º TRIM 2026

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	JUN/2026	JUN/2025
REPASSE RECEBIDO	279.887.805,80	254.273.057,16
SUB-REPASSE RECEBIDO	14.418.871,83	11.019.587,36
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	30.035.574,67	33.020.019,81
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	71.427,85	
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	8.736.314,87	7.456.796,11
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	969,13	
Total	333.150.964,15	305.769.460,44

Nota40- Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extraorçamentários tiveram um acréscimo de 24,83% em relação a 2025, representando 49% do total dos ingressos. A maior influência nesse percentual (R\$285.133.765,87) está relacionada a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados que representa 38% do total dos ingressos.

BF - C - RECEBIMENTOS EXTRORÇAMENTARIOS - 2º TRIM 2026

BF - REC EXTRA - AUX - 2023 - 4º TRIM	JUN/2026	JUN/2025
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	56.476.172,99	63.369.587,22
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	285.112.715,10	230.126.852,00
ARRECADAÇÃO DE OUTRA UNIDADE 1	844.375,89	855.693,04
ARRECADAÇÃO DE OUTRA UNIDADE 2	442.686,12	285.809,47
ORDENS BANCÁRIAS NÃO SACADAS - CARTÃO DE PAGAMENTO 1	41.247,48	36.791,40
ORDENS BANCÁRIAS NÃO SACADAS - CARTÃO DE PAGAMENTO 2	0,00	1.504,50

Nota41- Despesas Orçamentárias

[Digite texto]

As Despesas Orçamentárias significam no segundo trimestre de 2026, 78% do total dos dispêndios e apresentam um acréscimo de 54,8% ao serem comparadas com o mesmo período de 2025. Referem-se ao valor de Crédito Empenhado Liquidado Pago, crédito oriundo da Lei de Orçamentária Anual (LOA), utilizado pelas diversas áreas do Instituto.

BF - E - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 2º TRIM 2026

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	JUN/2026	JUN/2025
ORDINÁRIAS	465.263.384,70	417.149.140,24
VINCULADAS - EDUCAÇÃO	201.455,76	
DESCENTRALIZACOES EXTERNAS - FNDE/MEC		28.050,77
REC.PROP.LIV.UO-IFF	185.001,07	163.981,53
REC.PROP.LIV.UO-UFRJ		482,11
BENEFICIOS RPPS UNIAO	118.439.234,74	93.649.739,53
Total	584.089.076,27	510.991.394,18

Nota42- Transferências Financeiras Concedidas

As Transferências Financeiras Concedidas no segundo período trimestre de 2026 apresentam um decréscimo de 7,55% em relação ao mesmo período de 2025, e representa 3% do total dos dispêndios. O item mais significativo, Sub-repasse concedido teve um aumento de 30,85% em relação ao mesmo período de 2026, representando 2% do total dos dispêndios. Portanto, os recursos concedidos referem-se as transferências para execução orçamentária e equaliza-se com a Transferencias Financeiras concedidas no grupo Outros Desembolsos Operacionais na DFC.

BF - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - 2º TRIM 2026

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	FONTE	JUN/2026	JUN/2025
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM.DIMINUTIVA	NAO SE APLICA		6.721,05
MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM.DIMINUTIVA			6.721,05
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	TERMO DE EXECUCAO DESCENTRALIZADA - MEC	988,14	
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	DESCENTRALIZACOES EXTERNAS - FNDE/MEC	1.250,97	
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	EXECUCAO DESCENTRALIZADA - FNDE	327,50	
DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		2.566,61	
SUB-REPASSE CONCEDIDO	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	14.305.117,79	10.999.835,74
SUB-REPASSE CONCEDIDO	TERMO DE EXECUCAO DESCENTRALIZADA - MEC	80.890,73	19.751,62
SUB-REPASSE CONCEDIDO	REC.PROP.LIV.UO-IFF	3.613,72	
SUB-REPASSE CONCEDIDO	EDUCACAO BASICA, VED.PGTO DESP.PESSOAL	13.871,77	
SUB-REPASSE CONCEDIDO	EDUC.PUB., COM PRIOR.EDUC.BASICA	15.377,82	
SUB-REPASSE CONCEDIDO		14.418.871,83	11.019.587,36
REPASSE CONCEDIDO	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	6.071,04	
REPASSE CONCEDIDO		6.071,04	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NAO SE APLICA	420.263,25	577.729,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	6.163.164,26	5.639.334,05

[Digite texto]

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	TERMO DE EXECUCAO DESCENTRALIZADA - MEC	1.011.453,32	6.669.899,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DESCENTRALIZACOES EXTERNAS - FNDE/MEC	2.854,48	4.011,72
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	34.321,49	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	REC.LIVRES UO-INCR	35.200,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EDUCACAO BASICA, VED.PGTO DESP.PESSOAL	525.321,96	680.469,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DEM.APL.REC.TIT.TN,EX.RF.DIV.PUB.	30.576,86	62.117,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EDUC.PUB., COM PRIOR.EDUC.BASICA	534.541,46	426.251,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		8.757.697,08	14.059.812,05
Total		23.185.206,56	25.086.120,46

Nota43- Pagamentos Extraorçamentários

O pagamento de Restos a Pagar Processados no segundo trimestre de 2026 apresenta um aumento de 37,18% em relação ao mesmo período de 2025, representando 12% do total dos dispêndios. O pagamento de Restos a Pagar Não Processados teve um aumento de 23,94% em relação ao período anterior representando 2% do total dos dispêndios.

BF - G - DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - 2º TRIM 2026

BF - PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS - 4º TRIM	JUN/2026	JUN/2025
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	18.188.433,12	14.674.618,71
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	56.940.124,61	52.281.722,14
MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	17.073.524,51	249.517,46
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	41.247,48	38.295,90
Total	92.243.329,72	67.244.154,21

Nota44- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 30/06/2026, o Instituto Federal Fluminense apresenta as seguintes variações mais relevantes.

Ingressos

Nota45 - Receitas Derivadas e Originárias

Analisando as contas que compõem o grupo de Receitas Derivadas e Originárias observa-se que em relação ao Exercício Anterior, a conta Receita de serviços teve um acréscimo de 39,86% e a conta de Receita Agropecuária um acréscimo de 54,83%, fatores contributivos para a variação positiva apresentada nesses itens de ingressos.

DFC - Ingressos RECEITAS

Origem Receita	JUN/26	JUN/25	AH
RECEITA PATRIMONIAL	18.007,64	7.143,98	152,07
RECEITA AGROPECUARIA	148.751,06	88.272,48	68,51
RECEITA INDUSTRIAL	12.667,10	5.070,10	149,84
RECEITA DE SERVICOS	254.934,99	182.283,41	39,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.160,29	3.025,50	169,72
	442.521,08	285.795,47	54,83

Nota46 - Outros Ingressos Operacionais

Os Outros Ingressos Operacionais apresentam uma variação positiva de 17,12% em relação ao Exercício Anterior, impulsionada pelo acréscimo em Transferencias Financeiros Recebidas, de 8,95%..

Desembolsos

Nota47 - Pessoal e Demais Despesas

Este grupo apresentou um acréscimo de 10,86% e representa 80,80% do total dos desembolsos das atividades operacionais. As despesas mais representativas estão relacionadas a pessoal e encargos Sociais que sofrerão aumento em função dos reajustes de carreiras sofrido em 2025.

Nota48 - Transferências Concedidas

As transferências concedidas apresentaram uma variação positiva de 7,91% em relação a 2025. Estes recursos recebidos referem-se as transferências para pagamentos empenhos inscritos em restos a pagar. E a variação positiva apresentada fora alavancada pelo aumento nas despesas pagas de obrigações patronais (Regime Proprio de Previdencia do Servidor).

04. Desembolsos - Transf Concedidas DFC

Descrição	JUN/2026	JUN/2025
ENSINO PROFISSIONAL	684.016,71	579.230,53
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	26.497.800,44	24.610.075,62
TOTAL	27.181.817,15	25.189.306,15

Nota49- Outros Desembolsos Operacionais

Os Outros Desembolsos Operacionais apresentaram uma variação positiva de 58,90% e os repasses efetuados pela Reitoria aos campi compõem este grupo de desembolso, representando 11,46% do total desses desembolsos.

Nota50 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

O fluxo de caixa das atividades de investimentos não possui ingressos e os desembolsos tratam dos pagamentos direcionados a aquisições pertinentes a equipamentos permanentes, ativos intangíveis e obras e instalações. Houve uma variação positiva de 111,65% em relação a 2025, nos desembolsos das atividades de investimentos,

[Digite texto]

impulsionada pelo acréscimo em Serviço de Apoio ao Ensino, 100%, trata-se do contrato 04/2026 referente a gestão administrativa e financeira Projeto de Produção Agropecuária (MAPA), em que teve o financeiro repassado para a Fundação Pro IFF no segundo trimestre de 2026.

DFC - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS

Descritivo	JUN/2026	dez/25
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	32.416,00	44.209,86
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	2.175,00	
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.		5.696,80
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	327.663,30	141.224,44
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	108.221,88	376.273,24
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	133.666,55	
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	58.292,77	5.200,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	184.887,56	2.469,94
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.103,10	296.419,80
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	254.592,11	108.853,57
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	77.328,00	46.500,00
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	10.184,00	16.398,40
MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	59.705,11	
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	63.288,46	205.955,24
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	9.515,90	8.587,60
EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	33.649,00	24.193,98
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	349.076,00	391.814,00
MOBILIARIO EM GERAL	309.954,05	151.050,66
EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	20.799,52	57.800,48
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	6.345,00	
VEICULOS DIVERSOS		302.780,00
VEICULOS DE TRACAO MECANICA		118.000,00
ACESSORIOS PARA VEICULOS		1.415,00
OBRAS EM ANDAMENTO	2.950.141,48	4.190.149,53
INSTALACOES	73.985,26	88.718,32
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	1.500.000,00	
TOTAL	6.570.990,05	6.583.710,86

Nota51- Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A DFC apresentou em 2026 uma variação positiva de 161,70% na sua Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa em relação ao Exercício Anterior, conforme tabela a seguir

Tabela 27– Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

	30/06/2026	30/06/2025	AH
Atividades Operacionais	8.273.293,47	345.463,16	2.294,84%
Atividades de Investimento	-6.570.990,05	-3.104.534,54	-11,66%

Atividade de Financiamento	0	0	0
Total	-1.702.303,42	-2.759.071,38	161.70%

Fonte: SIAFI, 2026

Dentre as atividades operacionais, os principais fluxos positivos que ocasionaram o aumento foram o acréscimo nas transferências Financeiras Recebidas, que são em sua maioria Repasses Intragovernamentais.

Nota52 - Caixa e Equivalentes de Caixa Final

O saldo de Caixa Final é o que se apresenta no SIAFI, demonstrado na DFC e no Balanço Financeiro, resultado dos saldos da Conta Única, na conta Caixa e Equivalente de Caixa, correspondente ao valor de R\$ 50.906.866,96. Teve um acréscimo de 23,17% em relação a 2025.